DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 2370/2022

PROCESSO TC/MS	: TC/791/2018
PROTOCOLO	: 1883648
ÓRGÃO	: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE CAMPO GRANDE
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	: CAMILLA NASCIMENTO DE OLIVEIRA
TIPO DE PROCESSO	: BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
RELATOR	: Cons. WALDIR NEVES BARBOSA

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE CAMPO GRANDE. PROVENTOS PROPORCIONAIS. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS. PELO REGISTRO.

Vistos, etc.

Em exame, o ato de **Aposentadoria Voluntária**, concedido pelo **Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande** à servidora **Maria Aparecida Ferreira da Silva Mathias**, inscrita no **CPF sob o n.º 273.436.341-00**, titular efetivo do cargo de **Professora**.

No transcorrer da instrução processual, após proceder à verificação dos documentos que compõem o feito, a Equipe Técnica mediante a Análise **"ANA - DFAPP – 2014/2022"** (fls. 64/65) e o i. Representante do Ministério Público de Contas no Parecer **"PAR - 2ª PRC – 2995/2022"** (fl. 66), manifestaram-se pelo **Registro** do ato em apreço, na medida em que foram cumpridas todas as exigências regimentais e legais pertinentes.

É o relatório.

Preliminarmente, forte no art. 4º, III, "a", c/c arts. 10 e 11, I, da Resolução n.º 98/2018, em razão da matéria, a competência para o julgamento do feito em comento é do Juízo Singular.

Constata-se que foram observadas as disposições regimentais, razão pela qual se passa à análise do mérito, que recai sobre o exame e o julgamento da

matéria relativa à Ato de Pessoal, conforme consta do art. 21, III c/c 34, II, da Lei Complementar n.º 160/2012.

O benefício previdenciário, fixado na sua proporcionalidade, conforme verificado na Apostila de Proventos (fl. 36), observou a legislação aplicável à matéria, estando amparado nos termos do art. 40, § 1º, III, "b", §§ 3º, 8º e 17 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19/12/2003, observado o art. 1º, da Lei Federal n.º 10.887, de 18/06/2004, combinado com os arts. 24, I, "d", 33, 70 e 72, da Lei Complementar n.º 191, de 22/12/2011, conforme **Decreto "PE" n.º 3.942/2018**, publicado no DIOGRANDE, n.º 5.101 de 28 de dezembro de 2017.

Ante o exposto, acolhendo o Parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

I - PELO REGISTRO da **Aposentadoria Voluntária**, concedida pelo **Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande** à servidora **Maria Aparecida Ferreira da Silva Mathias**, inscrita no **CPF sob o n.º 273.436.341-00**, titular efetivo do cargo de **Professora**, conforme **Decreto "PE" n.º 3.942/2018**, publicado no DIOGRANDE, n.º 5.101 de 28/12/2017, com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar n.º 160/2012;

II - PELA REMESSA dos autos ao Cartório para **INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar n.º 160/2012, e encaminhamentos de que trata o art. 187, § 2º e § 3º, II, "a", do RITC/MS.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 24 de março de 2022.

WALDIR NEVES BARBOSA
GAB. CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

R.F